



6 rue Alphonse Rio • 56100 Lorient
+33 297 83 11 69 • info@cc-sud.eu
www.cc-sud.eu

Relatório da reunião do Grupo de Trabalho sobre Espécies Bênticas VIII e IX Terça-feira, 6 de outubro de 2020 – Webex

Serge Larzabal, Presidente deste grupo de trabalho, iniciou a reunião agradecendo aos participantes e lembrando, com Aurélie Drillet (Secretariado do CC Sul), as recomendações de boa conduta para este tipo de reunião online.

O relatório da reunião anterior, bem como a ordem de trabalhos, foram validados pelo conjunto dos membros.

1. Possibilidades de pesca 2021 (documento de trabalho disponível no website do CC Sul)

Os membros foram instados a comentar as propostas recebidas pelo secretariado para cada uma das populações abordadas de seguida. O secretariado lembrou que também poderiam ser transmitidos comentários após a reunião quanto às populações potencialmente afetadas pelo Brexit e às populações cujo parecer científico não fosse conhecido ao dia da reunião.

Javier Lopez (OCEANA) referiu a posição das ONG do CC Sul: para o conjunto das populações, as ONG propõem seguir o parecer do CIEM, ou seja, um TAC correspondente ao rendimento máximo sustentável (RMD), quando esse valor estiver disponível, ou seguir a abordagem de precaução se o valor do RMD não for conhecido.

Jean-Marie Robert (Pêcheurs de Bretagne) referiu que a hipótese do CIEM, segundo a qual o esforço envidado é idêntico ao do ano passado, é falsa atendendo ao contexto da Covid-19, sendo o esforço de pesca inferior. Isso deveria ter sido estudado pelo CIEM.

➤ **Pescada VIIIabd**

Javier Lopez (OCEANA) destacou que a proposta do setor espanhol (142 000 t) não se situa no intervalo de captura proposto no âmbito do plano de gestão (71 881 - 139 206). Sergio Lopez (OPP LUGO) justifica-o com a importância socioeconómica da população, que deveria ser tida em conta, e não apenas o parecer científico. Vários membros do setor apelaram também à utilização do intervalo elevado proposto. (Julien Lamothe (ANOP), Jesus Lourido (Puerto de Celeiros))

➤ **Pescada VIIIc IXa**

Luís Vicente (ADAPI) respondeu a Javier Lopez (OCEANA) quanto à necessidade de manter o TAC, apesar da baixa utilização do TAC: atendendo a que a quota de que dispõe Portugal já é muito baixa, todas as reduções suplementares originariam a criação de devoluções não sustentáveis.

➤ **Linguado VIIIab e linguado VIIIc IXa**

Não ocorreram comentários relativamente à proposta de Luís Vicente (ADAPI).

1/6





6 rue Alphonse Rio • 56100 Lorient
+33 297 83 11 69 • info@cc-sud.eu
www.cc-sud.eu

➤ **Areiro VIIIabd**

Jean-Marie Robert (Pêcheurs de Bretagne) apresentou a sua posição relativamente à forte correlação entre as capturas de Tamboril e Areiro, justificando o pedido de manutenção do TAC 2020 em 2021 relativamente ao plano de gestão. Apesar de este argumento ser válido e justo, segundo Javier Lopez (OCEANA), as ONG não sustentam este pedido.

➤ **Areiro VIIIc**

Luís Vicente (ADAPI) explicou a sua posição, Javier Lopez (OCEANA) destacou um erro de redação: será portanto indicado: "Os membros do setor opõem-se à redução das possibilidades de pesca para esta população." Javier Lopez lembrou que as ONG não estão de acordo com esta proposta.

➤ **Tamboril VIIIabd**

Javier Lopez referiu um erro na tabela recapitulativa das populações (documento de trabalho), sendo que os valores atribuídos a esta população devem ser corrigidos.

➤ **Tamboril VIIIc**

Não ocorreram comentários relativamente à posição de Luís Vicente.

➤ **Badejo VIII&IXa**

Javier Lopez (OCEANA) propõe que o setor especifique o número de anos que se entende por "período recente" para esclarecer a proposta.

➤ **Solha VIII&IXa**

Sem comentários.

➤ **Juliana VIII**

Sem comentários.

➤ **Lagostim VIIIc (FU 31 e FU 25)**

Torcuato Teixeira (PESCAGALICIA) e Sergio Lopez (OPP Lugo) apresentaram a sua posição, que, segundo Luís Vicente (ADAPI) deverá ser especificada: importa especificar que tal posição apenas diz respeito às zonas 25 e 31.

2. Capturas acidentais de cetáceos

Laureline Gauthier (DPMA – Administração francesa encarregada do Grupo de Estados-Membros do Sul) apresentou o histórico do tema no seio do Grupo de Estados-Membros (GEM). Em maio de 2020, foi publicada uma primeira recomendação conjunta, mas considerou-se insuficiente. Foi redigida uma segunda proposta pelo GEM em julho de 2020 (proposta em 4 eixos, disponível no website do CC Sul), à qual a Comissão ainda não respondeu oficialmente. Os debates com os outros Estados-Membros, principalmente 2/6





6 rue Alphonse Rio • 56100 Lorient
+33 297 83 11 69 • info@cc-sud.eu
www.cc-sud.eu

Espanha, estão parados. Laureline Gauthier indicou também que seria realizada uma reunião no dia seguinte para anunciar as medidas que seriam apresentadas por França.

Ursula Krampe (DG MARE) relembrou os elementos científicos e as recomendações do CIEM. Ursula Krampe indicou que a resposta da Comissão deveria ser transmitida muito brevemente. A Comissão considera que 2 semanas de paragem é muito pouco e felicita a tomada de decisões relativamente à utilização de "pingers" e à melhoria do acompanhamento. Ursula Krampe incentiva a proposta de uma 3ª recomendação e a participação de todos os intervenientes para melhorar a situação. Uma vez que o processo institucional não permite a adoção de medidas antes da primavera (a análise por parte do Parlamento Europeu demora 4 meses), a Comissão incentiva a adoção de medidas ao nível nacional para não ignorar o inverno de 2020-2021.

Serge Larzabal (CNPMEM) destacou o facto de os representantes do setor não estarem de acordo com as propostas de paragem do GEM. Não está de acordo com a interpretação feita pela Comissão relativamente ao parecer do CIEM e que não existam medidas de urgência necessárias. Serge Larzabal transmitiu também o ressentimento do setor relativamente ao assunto, solicitando-se sempre mais esforços da parte dos profissionais, apesar do enorme trabalho já realizado.

Andrea Ripol (Seas at Risk) perguntou à representante do governo francês se a França iria modificar a respetiva proposta relativamente às paragens, tendo em conta o parecer da Comissão. Andrea Ripol perguntou também se seriam propostas medidas de controlo mais ambiciosas (REM) e se a França considera adotar medidas à escala nacional para o inverno.

No entanto, Laureline Gauthier (DPMA) não foi capaz de responder a estas questões. Andrea Ripol destacou ainda a importância de aplicar o princípio da precaução.

Torcuato Teixeira (PESCAGALICIA) expressou a surpresa e a incredulidade dos profissionais da Galiza, que apesar das capturas acidentais de golfinhos serem muito baixas, segundo a avaliação de institutos científicos, são confrontados com uma potencial paragem. A governação europeia afigura-se errónea, sendo necessária a regionalização. Os profissionais temem uma decisão que contrarie os princípios da boa governação.

Jean-Marie Robert (Pêcheurs de Bretagne) questionou a Comissão: está ao corrente das melhorias metodológicas recentemente realizadas pelo Observatório Pelagis? Estas modificações apontam para estimativas de capturas acidentais significativamente mais baixas e inferiores ao Potencial de remoção biológica (PBR). Jean-Marie relembrou também que a população de golfinhos não estava em perigo no Golfo: não existe urgência nem ameaça de extinção. Para além disso, a proposta do setor (utilização generalizada de "pingers") aponta para uma redução significativa de 21% das capturas acidentais. Não é admissível fazer ainda mais, uma vez que já existem propostas com vista a reduzir significativamente as capturas, perante as consequências socioeconómicas implicadas.

3/6





6 rue Alphonse Rio • 56100 Lorient
+33 297 83 11 69 • info@cc-sud.eu
www.cc-sud.eu

Jérôme Jourdain (UAPF), em concordância com Jean-Marie Robert, destaca que a base científica não é suficientemente robusta para justificar a tomada de decisões que penalizem tanto os profissionais. A melhoria das competências é o cerne do problema.

Francisco Teixeira (Asociacion de Armadores de Buques de Pesca de Marin), de acordo com as posições apresentadas pelo setor, perguntou se estão a ser consideradas medidas compensatórias para mitigar os impactos negativos.

Maria José (FECOPPAS) destacou a importância do trabalho já realizado pelo setor e a implementação do programa de recolha de dados nas Astúrias, assim como o impacto dessas decisões para os trabalhadores marítimos, as localidades costeiras e particularmente a renovação das gerações já difícil.

Manu Kelberine (CRPMEM Bretagne) insistiu na situação político-mediática que parece ser mais importante e mais urgente do que a situação real da população de golfinhos. A tomada de decisões sob pressão é algo inadmissível para a profissão.

Raoul Garcia (WWF) lembrou que os Estados-Membros não agiram durante 20 anos para responder às obrigações de proteção destes animais, sendo agora necessário encontrar uma solução.

Aurelio Bilbao (OPESCAYA) respondeu que se as administrações não agiram foi porque não identificaram problemas. Aurelio Bilbao informou também os membros que a administração espanhola tinha criado um programa de observação com o IEO e a AZTI. Por fim, Aurelio Bilbao apoiou a administração espanhola na decisão de não sustentar medidas de paragem.

Ursula Krampe (DG MARE) manifestou que a Comissão compreende as opiniões expressas. A Comissão baseia as suas reflexões no parecer científico do CIEM. O tecido regulamentar é denso, sendo necessário encontrar soluções. Será necessário efetuar um balanço socioeconómico de perdas/ganhos.

Ignacio Fontaneda (Administração espanhola) confirmou que é importante agir, mas a falta de dados implica a necessidade de melhorar os conhecimentos. Para além disso, o Golfo é muito vasto, não se pode generalizar.

3. Águas profundas (apresentação da CE disponível no website do CC Sul)

Ursula Krampe (DG MARE) lembrou que o CIEM publicou os respetivos pareceres para estas populações em junho. A proposta da Comissão Europeia será adotada no dia 19 de outubro e o conselho terá lugar no dia 17 de novembro.

A Comissão baseia a sua proposta no parecer do CIEM, que por sua vez se baseia na abordagem de precaução para estas populações e na consideração da obrigação de desembarque. Há uma substancial falta de dados para estas espécies, nomeadamente quanto aos dados biológicos, o que explica a abordagem de precaução. Ursula Krampe^{4/6} evocou brevemente a situação das populações de lagartixa-da-rocha, goraz, peixe-espada





6 rue Alphonse Rio • 56100 Lorient
+33 297 83 11 69 • info@cc-sud.eu
www.cc-sud.eu

preto e tubarão. Os TAC suprimidos em 2018 assim permanecerão, uma vez que o parecer científico indica que tal não implica riscos para as populações. A gestão destas espécies também será afetada pelo Brexit.

Julien Lamothe (ANOP) sublinhou a ausência de pareceres analíticos para estas espécies, sendo que a pesca é muito restrita e são realizadas poucas observações. Os únicos dados disponíveis são os dos profissionais, sendo que a sua atividade foi substancialmente reduzida. Os custos para estudar estas espécies são enormes. Impõe-se um debate para sair desta situação e dispor de elementos de análise objetivos. Tendo em conta a situação histórica dos anos 70, de uma pesca industrial, em oposição à situação atual de uma pesca artesanal e acessória, os modelos de análise tradicionais não podem funcionar.

Jorge Campos (Fed. Andaluza de Cofradias de pescadores) solicitou informações quanto à gestão da população de goraz partilhada com Marrocos. Ursula Krampe verificará este ponto.

Francisco Teixeira (Asociacion de Armadores de Buques de Pesca de Marin), em concordância com Julien Lamothe, destacou a dificuldade de obtenção de dados devido às medidas restritivas. Solicitou a definição de espécie de águas profundas. Determinadas espécies definidas como sendo de águas profundas podem encontrar-se também a profundidades muito menores (100 m).

Aurelio Bilbao (OPESCAYA) informou os membros que na respetiva zona não se previa a existência de um TAC 0 para o goraz, uma vez que as capturas da frota profissional já eram baixas, sendo ainda mais baixas do que as capturas realizadas pela pesca de recreio. Aurelio Bilbao referiu a Jose Antonio Beiro (Federacion Gallega de pesca maritima responsable) que se referia apenas à respetiva zona.

Luís Francisco Marin (OPPAO) perguntou a diferença entre uma espécie interdita e um espécie com TAC 0. Uma vez que a obrigação de desembarque se aplica às espécies com TAC 0, mas não às espécies interditas. O que se verifica então quanto às espécies com TAC 0, como os tubarões de águas profundas?

Ursula Krampe (DG MARE) lembrou que os tubarões de águas profundas são espécies interditas.

Relativamente ao goraz, foi realizado um trabalho científico, uma vez que as medidas atuais são insuficientes, o CIEM recomenda 0 captura e a Comissão segue o parecer do CIEM, importa então determinar como decorrerá a gestão relativamente a bloqueios ou outros problemas.

Julien Lamothe (ANOP) sublinhou, relativamente ao goraz, que basear-se apenas no parecer do CIEM representava um problema. A população é muito vasta, o parecer do CIEM tem em conta um passado muito diferente, existe concorrência com a pesca de recreio e os estudos são muito dispendiosos. A Comissão não propõe uma resposta a estas dificuldades, tendo em conta estes elementos. O trabalho realizado pelos profissionais

5/6





6 rue Alphonse Rio • 56100 Lorient
+33 297 83 11 69 • info@cc-sud.eu
www.cc-sud.eu

nunca é suficiente. A Comissão não se mostra recetiva a ajustes com vista a permitir o trabalho conjunto.

4. Pesca dirigida

Pauline Joyeux (DPMA) apresentou as propostas do grupo de Estados-Membros do Sul para definir a pesca dirigida (documento disponível no website do CC Sul). Esta definição constituía um pedido formulado no regulamento de medidas técnicas. A Comissão solicita agora informações ao GEM sobre as percentagens, estando em curso uma nova consulta dos Estados-Membros. Nas outras áreas, o trabalho também ainda está em curso, ou melhor, em atraso.

Julien Lamothe (ANOP) surpreendeu-se com o pedido de informações, sendo que o CSTEP já deveria ter tido acesso a esses dados.

Luís Vicente (ADAPI) solicitou informações técnicas sobre as malhagens derogatórias, sendo que a representante da DPMA irá informar-se e responderá por escrito às questões colocadas por Luís Vicente.

5. Obrigação de desembarque - Plano de devoluções

Pauline Joyeux (DPMA) apresentou as isenções de obrigação de desembarque do ato delegado. Não foram consideradas 4 isenções propostas pelo GEM relativamente à Solha e à Juliana (detalhes disponíveis no website do CC Sul).

6. Questões diversas

Jean-Marie Robert (Pêcheurs de Bretagne) informou os membros quanto à implementação do regulamento delegado relativamente à pesca de profundidade, em associação com os trabalhos do Grupo WKEUVME do CIEM. Estas questões constituem um fator importante.

BALANÇO:

- **Cada membro do grupo de trabalho teve oportunidade de apresentar as respetivas propostas para o parecer sobre as possibilidades de pesca 2021, no entanto, será possível transmitir ao secretariado os contributos sobre as populações cujo parecer científico ainda não seja conhecido ou que sejam afetadas pelo Brexit.**
- **Os membros serão instados a contribuir para a redação de um parecer sobre as espécies de águas profundas.**

